

Transformação, Arte, Esporte e Justiça Climática: O Impacto da Casa das Mulheres do Hip Hop e LGBTQIAP+ na Restinga e no Mercosul

Localizada no bairro Restinga, na zona sul de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, a Casa das Mulheres do Hip Hop e LGBTQIAP+ constitui uma experiência territorial de grande potência social, cultural, política e comunitária.

A iniciativa se apresenta como uma das experiências mais expressivas de sua natureza na América Latina e projeta a Restinga para além da condição de periferia urbana tradicionalmente compreendida como destinatária de políticas públicas. Ela permite pensar o território também como espaço de produção de conhecimento, cultura, organização comunitária, tecnologias sociais, autonomia e formulação de respostas para desafios contemporâneos.

Situada em Porto Alegre, cidade estratégica do extremo sul do Brasil e inserida no espaço geográfico do Cone Sul, a experiência possui potencial para estabelecer diálogos e conexões com outros territórios periféricos e urbanos do Brasil, da América Latina e do Mercosul.

Não se trata, portanto, apenas de uma experiência cultural localizada.

Trata-se de uma experiência territorial que articula cultura, educação, esporte, direitos humanos, sustentabilidade, economia popular e solidária, participação comunitária, geração de oportunidades, pertencimento e autonomia.

O Pavilhão nasce como um território de acolhimento, formação, expressão e fortalecimento da comunidade. É, ao mesmo tempo, espaço de cultura urbana, convivência, produção de conhecimento e exercício de cidadania.

Nesse sentido, a ocupação consciente do espaço urbano por meio da cultura, dos direitos humanos e da participação comunitária produz uma transformação que ultrapassa a dimensão física do equipamento.

A Casa não apenas ocupa um espaço.

Ela atribui novos sentidos ao território.

E é justamente nessa capacidade de produzir novos sentidos, práticas, relações e possibilidades que começa a aparecer sua dimensão como tecnologia social de transformação territorial.

1. A força de uma liderança: da roda de break às esferas da gestão pública

Por trás da idealização e da gestão desse Pavilhão está uma mulher surpreendente, potente e visionária: B-Girl Ceia (Claudisseia Santos).

Sua trajetória é marcada pelo olhar atento de quem vive a periferia em sua essência.

Durante anos, cruzando territórios e indo e vindo das batalhas de breaking, Ceia observou a vida, as urgências das juventudes, as desigualdades territoriais e a força da cultura de rua.

Ao mesmo tempo, no fluxo entre Porto Alegre e Brasília, assimilou caminhos relacionados à elaboração, negociação e implementação de políticas públicas.

Essa vivência dual — a experiência concreta das ruas articulada ao conhecimento dos processos institucionais — possibilitou estruturar um projeto capaz de dialogar com instituições públicas e privadas sem perder sua raiz, sua identidade e sua essência comunitária.

Essa trajetória revela uma dimensão política fundamental da experiência.

A periferia não é apenas o lugar para onde as políticas públicas chegam.

A periferia também pode ser lugar de onde políticas, agendas, conhecimentos e soluções são produzidos.

A passagem da roda de breaking para os espaços de formulação e gestão pública demonstra que saberes construídos no cotidiano dos territórios podem adquirir capacidade de interlocução institucional sem, por isso, deixar de ser saberes territoriais. É justamente essa conexão entre experiência comunitária e capacidade de diálogo institucional que fortalece a potência política da Casa.

2. Liderança feminina e pertencimento LGBTQIAP+: “Quando uma sobe, puxa a outra!” Com a convicção de que a emancipação se constrói em rede, Ceia reuniu uma equipe majoritariamente composta por mulheres — entre elas mulheres negras, lésbicas, bissexuais e pessoas trans.

Sob o lema vivo de que “quando uma sobe, puxa a outra”, a gestão do Pavilhão materializa uma perspectiva de solidariedade, compartilhamento de oportunidades e construção coletiva de autonomia.

Não se trata apenas de ocupar funções.

Trata-se de ampliar espaços de decisão, formação, trabalho, renda, reconhecimento e participação para sujeitos historicamente marginalizados dos centros tradicionais de poder. A presença e o protagonismo das mulheres e da população LGBTQIAP+ também reposicionam o debate sobre o direito à cidade.

Abrir as portas do Pavilhão para corpos, identidades e trajetórias diversas significa produzir pertencimento.

Significa afirmar que a cidade também pertence àqueles e àquelas que historicamente foram expulsos de determinados espaços simbólicos, culturais, políticos e institucionais.

Nesse ambiente, a arte torna-se ferramenta de expressão, proteção, afirmação e reconstrução de vínculos.

A emancipação, portanto, não é compreendida como uma trajetória individual.

Ela se constrói por meio de redes de solidariedade, formação, trabalho, cultura, pertencimento e participação.

A autonomia das mulheres, das pessoas LGBTQIAP+, das juventudes e da comunidade é fortalecida quando existem espaços concretos nos quais esses sujeitos possam criar, decidir, produzir, aprender, trabalhar e transformar.

Essa dimensão encontra importante correspondência no próprio marco nacional instituído pelo Decreto nº 11.784/2023, que estabelece diretrizes para a cultura Hip Hop e prevê ações afirmativas voltadas ao protagonismo de mulheres, pessoas negras, povos indígenas e comunidades tradicionais, pessoas LGBTQIA+ e pessoas com deficiência, além de incentivar o empreendedorismo, a geração de renda, a formação, o intercâmbio e o acesso de jovens periféricos.

A experiência da Casa, nesse sentido, dialoga diretamente com uma transformação mais ampla do lugar ocupado pelo Hip Hop no campo das políticas públicas brasileiras.

3.O Pavilhão como resposta à urgência climática, aos esportes urbanos e à sustentabilidade

O Pavilhão vem redefinindo o cotidiano da Restinga ao integrar diferentes frentes de ação capazes de responder a desafios contemporâneos que atravessam a vida das periferias. Entre essas dimensões estão a justiça climática, a sustentabilidade, os esportes urbanos, a cultura, a educação, a convivência comunitária e a ocupação qualificada do espaço público.

3.1 Justiça climática e sustentabilidade

Diante das frequentes e severas crises ambientais que atingem o Rio Grande do Sul e diferentes regiões do planeta, pensar a periferia também como território de produção de respostas ambientais é fundamental.

O Pavilhão articula sustentabilidade, economia popular e solidária, ecologia urbana e conscientização ambiental comunitária, permitindo compreender a questão ambiental não como uma dimensão isolada, mas como parte das condições concretas de vida da população.

A perspectiva de justiça climática parte do reconhecimento de que os impactos ambientais não são distribuídos igualmente.

Territórios socialmente vulnerabilizados podem experimentar de maneira particularmente intensa os efeitos de eventos climáticos extremos, precariedades urbanas e desigualdades no acesso à infraestrutura e proteção.

Mas essa constatação não deve transformar a periferia em simples objeto da vulnerabilidade.

É necessário produzir uma inversão analítica.

Os territórios periféricos não são apenas lugares afetados pelas crises.

Também são lugares capazes de produzir respostas.

A experiência da Restinga permite justamente pensar essa passagem: do território visto exclusivamente pela ótica da vulnerabilidade para o território reconhecido por sua capacidade de organização, criatividade, conhecimento comunitário e produção de soluções.

4. Esportes radicais e cultura urbana

O espaço dialoga diretamente com práticas corporais, esportes urbanos e esportes radicais, como o Breaking, o skate e o street workout.

O Breaking, reconhecido como modalidade olímpica em Paris 2024, amplia ainda mais a possibilidade de conexão entre cultura urbana, esporte e reconhecimento institucional.

No território, entretanto, o esporte não aparece apenas como competição.

Ele pode produzir saúde, disciplina, expressão corporal, convivência, autoestima, superação de limites e ocupação qualificada dos espaços públicos pelas juventudes.

A cultura urbana e o esporte tornam-se, assim, instrumentos de formação.

O corpo torna-se linguagem.

A rua torna-se espaço de aprendizagem.

A prática cultural torna-se possibilidade de pertencimento.

E a ocupação do espaço público transforma-se em exercício concreto de cidadania.

5. Transformação territorial

Mais do que um espaço físico, o Pavilhão constitui um potencial motor de desenvolvimento local.

Sua atuação articula cultura, educação, esporte, sustentabilidade, direitos humanos, economia popular e solidária e participação comunitária em torno de um mesmo território.

Essa integração permite pensar a transformação territorial para além da revitalização física.

Transformar um território significa também transformar as relações que nele se estabelecem, ampliar possibilidades de participação, criar oportunidades, fortalecer vínculos, produzir conhecimento e ampliar a capacidade coletiva de intervenção sobre a realidade.

É nesse ponto que a Casa ultrapassa a ideia convencional de equipamento cultural. Ela passa a funcionar como uma infraestrutura social territorial.

6. Tecnologia Social de Transformação Territorial

Mais do que um espaço físico de acolhimento, cultura e formação, a Casa das Mulheres do Hip Hop e LGBTQIAP+ pode ser compreendida como uma experiência concreta de tecnologia social de transformação territorial, construída a partir das necessidades, dos saberes, das práticas e das potências da própria comunidade.

Essa formulação encontra correspondência na tradição brasileira das tecnologias sociais, compreendidas como produtos, técnicas ou metodologias desenvolvidos na interação com as comunidades e orientados à produção de soluções efetivas para processos de transformação social. A literatura e as instituições públicas também vêm destacando seu caráter participativo, contextualizado, sustentável e articulador entre saberes locais e conhecimento científico.

A diferença fundamental está em compreender que a tecnologia social não é simplesmente uma técnica que chega pronta ao território.

Ela é produzida com o território.

E, nesse caso, a própria experiência territorial constitui parte essencial daquilo que está sendo produzido.

7. A Casa como sistema territorial integrado

É aqui que as três dimensões — institucional, acadêmica e internacional — deixam de ser concorrentes e passam a formar um único argumento.

Institucionalmente, a Casa é um sistema territorial integrado.

Academicamente, esse sistema pode ser compreendido como uma tecnologia social territorialmente situada.

Internacionalmente, o conhecimento produzido nesse território pode circular, ser compartilhado, adaptado e estabelecer relações de cooperação com outros territórios do Brasil, do Cone Sul e do Mercosul.

A sequência pode ser expressa da seguinte maneira:

Casa → Infraestrutura Social → Tecnologia Social → Produção de Conhecimento → Autonomia → Transformação Territorial → Circulação da Experiência → Mercosul

Essa sequência não é apenas uma representação gráfica.

Ela expressa a lógica interna da experiência.

A Casa constitui o ponto concreto de encontro.

A infraestrutura social cria condições materiais, simbólicas e relacionais para acolhimento, formação, produção cultural, convivência e proteção.

Essa infraestrutura possibilita a construção de tecnologias sociais territorialmente situadas.

As tecnologias sociais produzem e sistematizam conhecimentos.

O conhecimento amplia a capacidade dos sujeitos de interpretar sua realidade e intervir sobre ela.

Essa capacidade fortalece a autonomia.

A autonomia produz condições para a transformação territorial.

Quando as experiências são sistematizadas, elas podem circular, ser compartilhadas e dialogar com outros territórios.

E é nessa circulação que emerge a possibilidade de construção de redes, intercâmbios e cooperação no Cone Sul e no Mercosul.

Portanto:

Casa → Infraestrutura Social → Tecnologia Social → Produção de Conhecimento → Autonomia → Transformação Territorial → Circulação da Experiência → Mercosul.
Essa é a arquitetura conceitual que sustenta toda a experiência.

8. O território como parte constitutiva da tecnologia social

O território, portanto, não é apenas o lugar onde a experiência acontece.

É parte constitutiva da própria tecnologia social.

Essa afirmação é central.

A tecnologia social não pode ser separada das condições concretas nas quais é produzida.

A Restinga não funciona como mero cenário.

A Restinga é um sujeito, método, fonte de conhecimento e lugar de produção da tecnologia social.

É a partir dela que saberes comunitários, práticas culturais, experiências educativas, estratégias de organização, práticas esportivas, iniciativas de economia popular e solidária e respostas relacionadas à justiça climática podem ser produzidos, sistematizados, compartilhados e colocados em diálogo com outros territórios.

Por isso, não se trata de criar uma fórmula abstrata e posteriormente procurar um território onde aplicá-la.

O caminho é inverso.

A experiência nasce do território.

O território produz conhecimento.

O conhecimento é sistematizado.

A sistematização permite a circulação.

E a circulação possibilita intercâmbio e adaptação em outros contextos.

Essa lógica é compatível com a própria concepção de tecnologia social desenvolvida no Brasil, que enfatiza a interação com a comunidade e a possibilidade de reaplicação contextualizada.

9. Produção de conhecimento e autonomia

A força da Casa está justamente na capacidade de articular, em um mesmo território, cultura Hip Hop, educação, arte, esporte, direitos humanos, sustentabilidade, economia popular e solidária, participação comunitária e fortalecimento da autonomia de mulheres, pessoas LGBTQIAP+ e juventudes.

Nesse sentido, o Pavilhão não se limita a oferecer atividades à população.

Ele cria condições para que a própria comunidade seja sujeita à produção de conhecimento, da formulação de soluções e da transformação do território.

A experiência parte de problemas concretos vivenciados na periferia — desigualdades sociais, vulnerabilidades ambientais, ausência ou insuficiência de espaços de convivência, oportunidades limitadas para as juventudes e barreiras históricas de acesso a direitos — e transforma esses desafios em possibilidades de organização, formação, expressão cultural, geração de renda, cuidado e participação cidadã.

Essa passagem é fundamental:

problema social → organização comunitária → produção de conhecimento → solução territorial → autonomia.

É nessa passagem que uma prática comunitária pode adquirir dimensão de tecnologia social.

10. O Hip Hop como metodologia territorial

O Hip Hop ocupa, nesse processo, uma posição central.

Seus elementos constituem linguagens culturais, práticas educativas e instrumentos de mobilização capazes de aproximar gerações, produzir pertencimento e criar novas possibilidades de participação social.

A articulação entre MC, Graffiti, DJ, Breaking e Conhecimento permite integrar expressão artística, corporeidade, memória, pensamento crítico, identidade, educação e cidadania em uma mesma experiência formativa.

O Decreto nº 11.784/2023 reconhece justamente esses cinco elementos — DJ, breaking, MC, graffiti e conhecimento — como elementos estruturantes da cultura Hip Hop e estabelece diretrizes nacionais para sua valorização e fomento.

Assim, o que acontece no Pavilhão não deve ser interpretado como mera programação cultural.

Os cinco elementos podem funcionar como linguagens de formação, mecanismos de expressão, ferramentas de construção identitária e dispositivos de participação comunitária. Essa integração produz uma metodologia territorial que não separa cultura de educação, esporte de saúde, sustentabilidade de cidadania ou arte de transformação social.

Ao contrário, reconhece que esses campos se relacionam diretamente na construção das condições concretas de vida e autonomia.

11. A periferia como território produtor de soluções

A Casa demonstra que a periferia pode ocupar uma posição estratégica na produção de respostas para desafios contemporâneos.

A partir da Restinga, práticas de cultura urbana, esportes, educação, economia popular e solidária, ecologia urbana e justiça climática podem constituir experiências compartilháveis com outros territórios periféricos do Brasil e da América Latina.

A Restinga deixa, assim, de ser apresentada apenas como território que necessita de políticas públicas.

Passa a ser reconhecida também como território que:

- produz conhecimento;
- produz cultura;
- produz soluções;
- produz tecnologias sociais;
- produz inovação social;
- produz organização comunitária;
- produz capacidade política;
- produz referências para políticas públicas.

Essa inversão de perspectiva é fundamental.

A transformação não ocorre simplesmente pela chegada de uma política ao território.

Ela acontece quando os sujeitos que vivem o território participam da construção das respostas, definem prioridades, produzem conhecimento e ampliam sua capacidade de intervenção sobre a própria realidade.

A Casa torna-se, portanto, espaço de experimentação e produção coletiva de novas formas de viver, aprender, criar, cuidar, trabalhar, ocupar a cidade e exercer cidadania.

12. A dimensão econômica: autonomia, trabalho e economia popular e solidária

A transformação territorial também precisa ser compreendida em sua dimensão econômica.

Não existe autonomia plena quando sujeitos e comunidades permanecem permanentemente dependentes de estruturas externas para produzir, trabalhar, criar e sustentar suas próprias iniciativas.

A articulação da Casa com práticas de economia popular e solidária amplia a possibilidade de transformar cultura, conhecimento e trabalho em instrumentos de autonomia econômica. A geração de oportunidades e renda, nesse contexto, não aparece como elemento secundário.

Ela integra a própria infraestrutura de emancipação territorial.

O trabalho cultural, a produção artística, a formação, os serviços, os eventos, os conhecimentos e as redes de cooperação podem compor circuitos econômicos que permaneçam vinculados ao território.

Essa dimensão também encontra respaldo no marco nacional do Hip Hop: o Decreto nº 11.784/2023 estabelece entre suas diretrizes o estímulo ao empreendedorismo e à geração de renda e associa a cultura Hip Hop ao fortalecimento da economia criativa, do desenvolvimento local e regional e da inclusão socioeconômica.

Assim, cultura e economia deixam de ser campos separados.

A cultura pode produzir trabalho.

O trabalho pode produzir autonomia.

A autonomia pode fortalecer

a cultura.

E a circulação econômica pode fortalecer o próprio território.

13. Infraestrutura social: a Casa como espaço de acolhimento, formação, proteção e produção

A Casa/Pavilhão constitui uma infraestrutura social construída a partir da articulação entre acolhimento, formação, proteção, produção cultural, convivência comunitária e geração de oportunidades.

Nesse espaço, cultura, educação, esporte e participação social deixam de atuar como dimensões isoladas e passam a compor uma experiência integrada de desenvolvimento territorial.

A infraestrutura social é justamente aquilo que permite que a tecnologia social exista concretamente.

Sem espaço de encontro, não há rede.

Sem rede, não há circulação de saberes.

Sem circulação de saberes, reduz-se a capacidade de produção coletiva de conhecimento.

E sem produção coletiva de conhecimento, torna-se mais difícil transformar experiências locais em referências compartilháveis.

Por isso, a Casa não deve ser reduzida à sua dimensão arquitetônica.

Sua infraestrutura é também:

social;

cultural;

educativa;

política;

econômica;

comunitária;

simbólica.

Dessa forma, o Pavilhão constitui uma infraestrutura político-cultural, educacional, econômica e comunitária produzida a partir da periferia.

14. Formação cultural: os cinco elementos do Hip Hop em ação

As oficinas e formações oferecidas dentro do Pavilhão contemplam os pilares fundamentais da cultura Hip Hop, conduzidos por um time de educadoras e educadores comprometidos com a transformação social:

MC — Lyrical & Rima: formação e expressão verbal com MC Negra Daya.

Graffiti — Artes Visuais: cor, identidade e intervenção urbana com Sandy Kyoko.

DJ — Discotecagem & Ritmo: pesquisa musical, técnica e som com DJ Luizza Graciano da Silva.

Breaking — Dança & Esporte: corpo, movimento e expressão atlética com Breaking Jess Vegano.

Conhecimento — 5º Elemento: aprofundamento teórico, histórico, pensamento crítico e cidadania com Lariss Ignácio de Matos.

Os cinco elementos funcionam, portanto, não apenas como linguagens culturais.

Eles podem constituir possibilidades de formação, expressão, construção de identidade, desenvolvimento de habilidades, pensamento crítico e participação cidadã.

A oficina deixa de ser apenas uma atividade.

Pode tornar-se espaço de transmissão de memória, construção de vínculos, desenvolvimento de capacidades e produção de novos conhecimentos.

15. Da experiência comunitária à política pública

É nesse ponto que a experiência da Casa estabelece uma conexão particularmente importante com o atual campo das políticas públicas brasileiras.

O Decreto nº 11.784/2023 não trata o Hip Hop simplesmente como uma expressão artística a ser eventualmente apoiada pelo Estado.

Ele estabelece diretrizes nacionais para a valorização e o fomento da cultura Hip Hop e determina que a cultura Hip Hop seja desenvolvida como política de Estado.

Entre suas diretrizes estão a valorização dos agentes culturais, criação, intercâmbio, produção e difusão, ações afirmativas, protagonismo de mulheres, pessoas negras e LGBTQIA+, empreendedorismo e geração de renda, acesso das juventudes periféricas, formação, intercâmbio, apoio a espaços de Hip Hop e articulação entre diferentes níveis da administração pública, sociedade civil e organizações culturais.

Essa convergência é extremamente significativa.

Porque aquilo que a Casa realiza territorialmente encontra correspondência em dimensões que o próprio Estado brasileiro passou a reconhecer formalmente como componentes de uma política pública nacional de Hip Hop.

A experiência territorial, portanto, não está isolada do processo institucional.

Ela dialoga com ele.

E mais:

pode contribuir para qualificá-lo.

A Casa pode ser compreendida como um espaço onde diretrizes gerais de política cultural ganham concretude territorial.

16. Do território à produção de políticas

Essa relação permite inverter novamente uma lógica tradicional.

Não se trata apenas de perguntar:

“Como implementar a política pública na periferia?”

É necessário perguntar também:

“O que a periferia está produzindo que pode qualificar a própria política pública?”

Essa mudança é epistemológica e política.

Quando o território produz conhecimento, ele deixa de ser apenas objeto de diagnóstico.

Quando formula soluções, deixa de ser apenas destinatário.

Quando sistematiza experiências, passa a produzir referência.

Quando participa da formulação de políticas, passa a ocupar posição de sujeito político.

É nesse movimento que a Casa pode ser entendida como uma infraestrutura de produção de cidadania e de capacidade política.

17. Rede, circulação e conhecimento compartilhável

Uma tecnologia social não se encerra necessariamente no lugar onde nasceu.

Sua potência está também na capacidade de produzir conhecimentos que possam ser compartilhados e reinterpretados por outras comunidades.

A tradição brasileira das tecnologias sociais enfatiza justamente a sistematização, o compartilhamento e a possibilidade de reaplicação contextualizada das experiências.

Isso não significa copiar mecanicamente a experiência da Restinga.

Significa reconhecer seus princípios, métodos e aprendizados e permitir que outros territórios os adaptem às suas próprias condições.

Portanto:

circulação não significa reprodução automática.

Significa diálogo.

Significa intercâmbio.

Significa adaptação.

Significa recriação.

Uma experiência da Restinga pode inspirar outra experiência em outra periferia sem deixar de ser uma experiência da Restinga.

Essa é uma das características mais importantes da dimensão internacional da Casa.

18. Da Restinga ao Mercosul

A experiência da Casa das Mulheres do Hip Hop e LGBTQIAP+ permite construir uma trajetória territorial que parte da Restinga, alcança Porto Alegre e o Rio Grande do Sul, dialoga com o Brasil e se projeta para o Cone Sul e o Mercosul.

A sequência territorial pode ser compreendida como:

Restinga → Porto Alegre → Rio Grande do Sul → Brasil → Cone Sul → Mercosul → América Latina

Essa projeção não se sustenta apenas pela localização geográfica de Porto Alegre.

Ela se fundamenta na capacidade do território de produzir práticas, conhecimentos, tecnologias sociais e experiências de organização comunitária capazes de dialogar com outros territórios periféricos e urbanos.

A Restinga, nesse processo, passa a ser compreendida não somente como periferia geográfica.

Ela é território produtor de:

cultura, conhecimento, inovação social, cidadania, organização comunitária e capacidade política.

A dimensão internacional nasce, portanto, da própria experiência territorial.

O que é produzido localmente pode gerar conhecimento, estabelecer redes, estimular intercâmbios e construir possibilidades de cooperação regional.

19. A Restinga não deixa de ser Restinga para tornar-se internacional

Esse ponto merece ser explicitado.

A internacionalização da experiência não significa apagar sua identidade territorial.

Ao contrário.

A Restinga não deixa de ser Restinga para tornar-se internacional.

É justamente a partir de sua identidade, de sua história, de sua experiência e de sua potência territorial que ela pode estabelecer conexões com outros territórios.

A internacionalização, nesse sentido, não é um processo de deslocamento da experiência para fora de si.

É um processo de circulação do conhecimento produzido no território.

Essa distinção é fundamental.

O território não é subordinado à dimensão internacional.

É o território que produz aquilo que pode entrar em diálogo com o internacional.

20. A Casa como ponte entre território e mundo

A Casa estabelece, assim, uma ponte entre território e mundo.

Uma experiência construída na periferia pode produzir conhecimento, inovação social e referências para políticas e práticas em outros contextos.

A dimensão internacional não é um elemento externo acrescentado posteriormente ao projeto.

Ela emerge da própria capacidade do território de produzir experiências compartilháveis, estabelecer redes e construir cooperação a partir da cultura, dos direitos humanos, da educação, do esporte, da sustentabilidade e da autonomia comunitária.

É justamente essa capacidade de transformar experiência local em conhecimento compartilhável que permite compreender a Casa como uma experiência potencialmente relevante para o Cone Sul e para o Mercosul.

21. Uma experiência local com potência regional

A experiência da Restinga pode dialogar com outros territórios que enfrentam desafios semelhantes: desigualdades urbanas, juventudes vulnerabilizadas, racismo, LGBTfobia, ausência de equipamentos culturais, precarização do trabalho, desigualdades ambientais, dificuldades de acesso a direitos e necessidade de fortalecimento comunitário.

Mas o diálogo regional não precisa partir apenas dos problemas.

Pode partir também das soluções.

Esse é o deslocamento fundamental:

do intercâmbio de vulnerabilidades para o intercâmbio de soluções.

Da periferia que recebe para a periferia que compartilha.

Do território diagnosticado para o território que produz conhecimento.

Do sujeito beneficiário para o sujeito produtor.

Da política aplicada para a política construída em diálogo com quem vive o território.

22. Uma síntese conceitual da experiência

A Casa das Mulheres do Hip Hop e LGBTQIAP+ pode, portanto, ser compreendida simultaneamente em três níveis.

Dimensão institucional

A Casa é um sistema territorial integrado.

Ela articula infraestrutura, acolhimento, cultura, educação, esporte, proteção, produção, renda, participação e cidadania.

Dimensão acadêmico-conceitual

Esse sistema pode ser compreendido como uma tecnologia social territorialmente situada.

Ele nasce da interação com a comunidade, responde a problemas concretos, articula saberes, produz conhecimento, fortalece autonomia e pode gerar experiências compartilháveis.

Dimensão internacional

O conhecimento produzido nesse território pode circular, ser adaptado e estabelecer cooperação com outros territórios do Brasil, do Cone Sul e do Mercosul.

As três dimensões não competem.

Elas formam uma única arquitetura.

Institucional → Acadêmico → Internacional.

Ou, em termos do processo territorial:

Casa → Infraestrutura Social → Tecnologia Social → Produção de Conhecimento →

Autonomia → Transformação Territorial → Circulação da Experiência → Mercosul

Essa é a tese central da experiência.

23. Estrutura e equipe de apoio

A sustentação e o funcionamento cotidiano desse território de transformação contam com uma equipe engajada em diferentes frentes:

Gestão e Idealização: Claudisseia Santos — B-Girl Ceia.

Coordenação e Supervisão: Fernanda Santos e Arthur Silveira.

Administrativo: Natalia Lara.

Comunicação & Mídias: Studio Criativo ILAH².

Zeladoria e Manutenção: Uiliam Reis.

Essa estrutura evidencia outro elemento importante da experiência: uma tecnologia social depende de pessoas, relações, organização e trabalho cotidiano.

A transformação territorial não acontece apenas por meio de conceitos.

Ela acontece através de trabalho concreto.

24. Rede, parcerias e articulação

A Casa das Mulheres do Hip Hop e LGBTQIAP+ atua conectada a parceiros institucionais, movimentos sociais e projetos relacionados ao impacto territorial e à garantia de direitos humanos.

Essa articulação amplia a capacidade de circulação de conhecimentos, experiências e práticas, fortalecendo conexões entre território, instituições, movimentos sociais e iniciativas de transformação.

A experiência da Restinga pode, assim, estabelecer pontes com outros territórios periféricos, organizações e iniciativas do Brasil, do Cone Sul e da América Latina.

Redes sociais / Instagram

@casadasmulhereshiphops

@CaisDaQuebrada

@govjus

@ifalvorada

Informações e atendimento

WhatsApp: (51) 98513-6631

25. Considerações finais: da Casa ao território, do território ao mundo

A Casa das Mulheres do Hip Hop e LGBTQIAP+ não pode ser compreendida apenas como um espaço físico onde atividades culturais são realizadas.

Sua potência está justamente na integração de diferentes dimensões da vida social.

Ela articula:

cultura + educação + esporte + direitos humanos + sustentabilidade + economia popular e solidária + participação comunitária + produção de conhecimento + autonomia.

Essa articulação produz uma infraestrutura social.

A infraestrutura social sustenta práticas.

As práticas podem constituir tecnologias sociais.

As tecnologias sociais produzem e sistematizam conhecimento.

O conhecimento fortalece a autonomia.

A autonomia amplia a capacidade de transformação territorial.

A experiência transformada em conhecimento pode circular.

E aquilo que circula pode estabelecer redes, intercâmbios e cooperação.

É por isso que a experiência da Restinga pode ser lida para além de seus limites territoriais imediatos.

O local não é o contrário do internacional.

O local pode ser o ponto de partida do internacional.

A periferia não é o contrário da inovação.

Pode ser um dos lugares onde novas soluções sociais são produzidas.

A cultura não é apenas entretenimento.

Pode ser formação, trabalho, identidade, participação, cidadania e política pública.

O Hip Hop não é apenas linguagem artística.

É também organização social, produção cultural, conhecimento e possibilidade de transformação territorial.

E a Casa não é apenas um equipamento.

É uma infraestrutura político-cultural, educacional, econômica e comunitária produzida a partir da periferia.

É nesse sentido que a Restinga pode ser compreendida como território produtor de conhecimento e de tecnologias sociais.

E é justamente por isso que a experiência pode ultrapassar seus limites geográficos sem abandonar sua origem.

A Restinga não é cenário dessa experiência.

A Restinga é sujeito.

É método.

É fonte de conhecimento.

É território de produção de tecnologia social.

É lugar de produção de cultura, autonomia e capacidade política.

E, quando esse conhecimento encontra redes, intercâmbios e outros territórios, abre-se uma possibilidade concreta de circulação de experiências entre periferias brasileiras, latino-americanas e do Cone Sul.

Nesse movimento, a Casa constrói uma ponte entre território e mundo.

Uma ponte na qual o conhecimento não parte exclusivamente dos centros para as periferias.

Ele também nasce na periferia, circula a partir dela e pode chegar a outros territórios.

Essa é talvez a dimensão mais potente da experiência:

não apenas transformar a Restinga, mas demonstrar que a transformação produzida na Restinga pode produzir conhecimento capaz de dialogar com o mundo.

Somar nessa rede é fortalecer o Hip Hop, os esportes urbanos, a educação, a cultura, a economia popular e solidária, a justiça climática e a sustentabilidade como caminhos concretos de libertação, pertencimento, autonomia e transformação social no Brasil, no Cone Sul e no Mercosul.

